

O Canhão



Rui de Carvalho
rui@canhao.iglobo.com.br

Não há tempo a perder

A contagem do tempo para a convocação das eleições presidenciais que deverão decorrer em simultâneo com as legislativas e provinciais está prestes a terminar. Os políticos no activo deviam trabalhar mais para não ficarem no tempo. Mas ao que tudo indica, há pouco trabalho, quer nos gabinetes, quer no terreno.

São coisas de um país atrasado e que menos preparado parece para entrar na rota de desenvolvimento. Atrase-se em quase tudo, comprometendo-se a libertação do povo da pobreza a que se encontra votada, 34 anos depois da proclamação da independência nacional.

O ditado inglês que sempre ensinou a humanidade que quando se faz uma coisa não se pode perder muito tempo "no time to spend", ainda não entrou na consciência de muitos moçambicanos. Há atrasos em quase tudo, atrasos que até espantam o quadrúpede, com destaque para o burro.

Os políticos atrasam de inventar os manifestos eleitorais, a juventude de participar no debate sobre a gestão da coisa pública, o Governo de conceber planos concretos para reduzir a pobreza, os académicos de propor políticas dinâmicas para melhorar a qualidade de ensino e os magistrados de dotar o sector da Justiça de ingredientes básicos para melhorar a prestação.

Quando faltam poucos meses para a convocação dos pelitos eleitorais ainda temos políticos que se dizem candidatos ao certame sem nada definido. A Frelimo no poder desde a independência nacional, é o único que sempre fez, faz e continuará a fazer caso a oposição não mude de atitude. Esta formação política já tem seu manifesto, apresentou seus candidatos para a próxima legislatura e inscreveu Guebuza para concorrer à sua própria sucessão ao cargo do Chefe do Estado.

Os outros partidos, parecendo brincadeira, não estão a fazer algo, com excepção do Movimento Democrático de Moçambique (MDM) que já apresentou o seu candidato. O PIMO de Yá-Qub Sibindy, embora não tenha apresentado seu candidato, já tem definido seu manifesto que define a terra como propriedade do povo, contrariando a actual visão do Governo que define a terra como prioridade do Estado.

Aos políticos que ainda não apareceram é bom que o façam e, quanto cedo melhor, porque o tempo não perdoa.

SOCIEDADE

Exames extraordinários arrancam esta semana

Arrancam esta semana em todo o território nacional os exames extraordinários para os alunos externos da 10ª e 12ª classes de Ensino Secundário Geral. Para estas avaliações, cujo processo deverá decorrer ao longo de toda a semana estão inscritos 111.587 candidatos, 76.899 dos quais da 12ª classe e os restantes 34.688 da 10ª classe. Os números representam um incremento das inscrições na ordem dos 40,6 e 23 pontos percentuais, respectivamente, quando comparado com a totalidade dos inscritos ano transacto.

Hoje, segunda-feira, os abrangidos pelo processo arrancam com as primeiras provas de avaliação que de princípio terminam sexta-feira. O Ministério da Educação e Cultura (MEC) já tem criado em todo o país 130 centros 84 dos quais para os exames da 10ª classe e os restantes para os da 12ª. A província central da Zambézia é a que maior número apresenta, com 18 centros, seguida de Nam-pula e Tete com doze cada.

As brigadas do MEC a nível central deixaram a cidade de Maputo semana passada com destino às províncias onde vão acompanhar o processo das avaliações instituídas com o propósito de estimular o autodidatismo e oferecer oportunidades aos cidadãos para a conclusão de certos níveis de ensino.

Depois das inscrições feitas há sensivelmente dois meses, as estruturas da Educação estiveram envolvidas nos preparativos do processo, num esforço visando evitar os problemas que aconteceram nos exames do ano passado, caracterizados pelo extravio dos

enunciados antes da realização das provas. Na circunstância alguns professores de alguns estabelecimentos de ensino foram afastados acusados de venda das provas.

EXTRAVIOS CONTROLADOS

"Este ano envidamos esforços para ultrapassar os constrangimentos que se registaram em anteriores ocasiões e que mancharam o processo, sendo que, para o efeito, trabalhamos com empresas credíveis para impressão dos exames para as provas não serem extravaiadas durante a impressão ou no seu envio às províncias" - garantiram a este semanário alguns funcionários do MEC ligados aos preparativos dos exames.

Porque no ano passado foram introduzidas algumas inovações, sobretudo nas avaliações dos alunos da 12ª classe, nomeadamente o sistema do exame de múltipla escolha e da correcção electrónica, situações

que criaram certos transtornos, as estruturas do sector estiveram também envolvidas nos últimos dias na divulgação das instruções sobre o preenchimento das folhas do exercício, sobretudo no que diz respeito à indicação da identidade, pois para cada candidato é atribuído um número através do qual será identificado.

"Uma das particularidades do exame de múltipla escolha tem a ver com o facto de ser mais extenso, cobrir todos os conteúdos leccionados em determinado ciclo, o que exige dos candidatos uma atenção redobrada, sobretudo um conhecimento mais profundo das matérias", disse.

Por outro lado, segundo a nossa fonte, o facto da correcção das provas ser electrónica também vai exigir que os candidatos cumpram escrupulosamente com as instruções sobre o preenchimento das folhas de exercício, sobretudo a indicação da identidade. (Redacção)

Docentes insatisfeitos com fraco rendimento pedagógico dos alunos

UP procura qualidade no ensino

Tendo em vista resgatar a qualidade de ensino, neste momento, votado ao fracasso, devido à ineficácia das reformas académicas recentemente introduzidas pelas autoridades do sector da Educação, a Universidade Pedagógica, única instituição do Ensino Superior que se destaca na formação de professor, acaba de realizar uma reunião que debateu várias questões relacionadas. O encontro de dois dias teve lugar semana passada na cidade de Maputo e foi orientado pelo respectivo reitor, Rogério Utui.



Rogério Utui, Reitor da UP

Trata-se do primeiro encontro do género que juntou igualmente vários especialistas de ensino e aprendizagem que debateram assunto relativos às teorias e práticas avaliativas para determinar a melhor forma de contribuir para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem no país. Também reflectiram em torno dos paradigmas e tendências actuais da avaliação educacional, bem como a divulgação dos resultados de pesquisas diversas realizadas com fito de dinamizar a formação em Moçambique.

As políticas de avaliação educacional em Moçambique e a partilha de experiências sobre as boas práticas de leccionação também dominaram a agenda da reunião que serviu para clarificar que a missão que a UP, instituição de ensino superior mais virada para a formação de professores, pre-

tende assumir no processo de avaliação educacional mais objectivo, transparente e justo, facto que visa acabar com o carácter punitivo com que alguns docentes elaboram as provas a que submetem os seus discentes.

Segundo o reitor da UP, Rogério Utui, aquela universidade busca um modelo de avaliação não punitivo, que permita melhorar a acção dos sujeitos para que tenham oportunidade de construir uma sociedade melhor em que caibam todos os seres humanos.

Discursando na cerimónia de abertura da Conferência sobre Avaliação Educacional em Moçambique, Rogério Utui disse que para o alcance do objectivo "temos que criar uma nova cultura nos professores avaliadores que lhes permita largar práticas avaliativas burocráticas e autocráticas e

que possam exercer uma postura democrática".

Segundo o reitor da UP, a reflexão sobre a avaliação educacional enquadra-se no contexto da reforma curricular em curso naquela universidade, sendo que aquele responsável máximo destacou os avanços consideráveis alcançados na preparação e planificação dos currículos. Entretanto, sublinhou que "temos de pensar, agora, com mais cuidado sobre questões de implementação desse currículo que estamos a construir".

"Não queremos apenas mudar planos de estado e programas. Queremos também mudar as nossas atitudes, as nossas posturas, pois consideramos que a verdadeira reforma curricular é a que vai acontecer quando o currículo estiver em acção", acrescentou Rogério Utui no seu discurso de abertura.

Hildizina Dias, directora do Centro de Estudos de Políticas Educativas (CEPE) da UP, explicou que o que se pretende é acabar com o carácter punitivo das avaliações, tomando-as formativas e momentos dos docentes e alunos reverem o que vai mal no processo e melhorar o desempenho de cada um deles.

"Actualmente, nas universidades realizam-se apenas dois testes e isto faz com que os problemas se acumulem e só se revelem no fim, facto que deve ser mudado", disse.

A conferência foi a continuidade das actividades levadas à cabo pela UP com vista a trazer a debate questões relativas às teorias e práticas avaliativas e como estas podem contribuir para a melhoria da qualidade do ensino no país.

Participaram diversos docentes e estudantes da UP, investigadores da área, técnicos e funcionários do Ministério da Educação e Cultura. Os trabalhos da conferência contemplaram 22 apresentações, quatro mesas redondas e sete palestras sobre vários temas em torno da avaliação educacional no país. (Redacção)